

LEGISLAÇÃO PARA CPS - ÂMBITO FEDERAL

Normativo	Identificação	Denominação	Ementa	Referências a CPS	Categoria/ Temática
LEIS	Lei 6.938/1981	Lei da Política Nacional do Meio Ambiente	Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.		
	Lei 7.347/1985	Lei da Ação Civil Pública	Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio-ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico e dá outras providências.		
	Lei 7.802/1989	Lei dos Agrotóxicos	Dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências.		
	Lei 8078/1990	Código de Defesa do Consumidor	Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências.		
	Lei 8.666/1993	Lei de Licitações e Contratos	Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.	art.3º(alt.pela Lei 12.349/2010; art.nº12	
	Lei nº 9.433/1997		Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989.		
	Lei 9.605/1998	Lei de Crimes Ambientais	Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.		
	Lei 9.795/1999	Lei de Educação Ambiental	Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências		
	Lei 10.165/2000	Lei da Política Nacional do Meio Ambiente	Altera a Lei no 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências		
	Lei 10.295/2001		Trata da Política Nacional de Conservação e Uso Racional de Energia e visa à alocação eficiente de recursos energéticos e a preservação do meio ambiente.		
	Lei 10.696/2003		O art. 19, criou o Programa de Aquisição de Alimentos.		
	Lei 10.831/2003		Dispõe sobre a agricultura orgânica.		
	Lei 11.284/2006	Lei da gestão de florestas públicas para a produção sustentável.	Dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável; institui, na estrutura do Ministério do Meio Ambiente, o Serviço Florestal Brasileiro - SFB; cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal - FNDF; altera as Leis nos 10.683, de 28 de maio de 2003, 5.868, de 12 de dezembro de 1972, 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, 4.771, de 15 de setembro de 1965, 6.938, de 31 de agosto de 1981, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973; e dá outras providências.		
	Lei 11.947/2009		Dispõe sobre a alimentação escolar e prevê que 30% dos recursos repassados pela União para os Estados e Municípios, devem ser aplicados na compra de produtos provenientes da agricultura familiar.		
	Lei 12.187/2009	Política Nacional de Mudanças Climáticas	Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC e dá outras providências.	art.nº5,XII;art.nº6,XII	

LEGISLAÇÃO PARA CPS - ÂMBITO FEDERAL

Normativo	Identificação	Denominação	Ementa	Referências a CPS	Categoria/ Temática
	Lei 12.305/2010	Política Nacional de Resíduos Sólidos	Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos		Meio Ambiente
	Lei 12.114/2009	Fundo Nacional sobre Mudança do Clima	Cria o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima, altera os arts. 6º e 50 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e dá outras providências.		
	Lei 12.512/2011		Institui o Programa de Apoio à Conservação Ambiental e o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais; altera as Leis nºs 10.696, de 2 de julho de 2003, 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e 11.326, de 24 de julho de 2006.		
	Lei 12.651/2012	Código Florestal Brasileiro			
	Lei 12.349/2010		Altera as Leis nos 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.958, de 20 de dezembro de 1994, e 10.973, de 2 de dezembro de 2004; e revoga o § 1º do art. 2º da Lei nº 11.273, de 6 de fevereiro de 2006.	Aplicação da margem de preferência de até 25% para produtos manufaturados e serviços nacionais que atendam a normas técnicas brasileiras e incorporem inovação.	
DECRETOS	Decreto nº 2.783/1998		Dispõe sobre proibição de aquisição de produtos ou equipamentos que contenham ou façam uso das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio - SDO, pelos órgãos e pelas entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências.		
	Decreto Nº 4.059/2001		Regulamentou a Lei nº 10.295 de 17 de outubro de 2001 e dispõe sobre a Política Nacional de Conservação e Uso Racional de Energia		
	Decreto Nº 7174/2010		Regulamenta a contratação de bens e serviços de informática e automação pela administração pública federal, direta ou indireta, pelas fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público e pelas demais organizações sob o controle direto ou indireto da União.		
	Decreto 7.404/2010		Estabeleceu normas para execução da Política Nacional de Resíduos Sólidos e instituiu o Comitê Interministerial da Política Nacional de Resíduos Sólidos.		
	Decreto nº 7.775/2012		Regulamenta o art. 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, que instituiu o Programa de Aquisição de Alimentos, e o Capítulo III da Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, e dá outras providências.		
	Decreto nº 4131/02		Dispõe sobre medidas emergenciais de redução do consumo de energia elétrica no âmbito da Administração Pública Federal.		
	Decreto nº 7.546/2011		Regulamentou o disposto nos §§ 5º a 12 do art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e instituiu a Comissão Interministerial de Compras Públicas.		
	Decreto nº 7.601/2011		Estabeleceu a aplicação de margem de preferência nas licitações realizadas no âmbito da administração pública federal para aquisição de produtos de confecções, calçados e artefatos.		
	Decreto nº 4.074/02		Regulamenta a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989		
	Decreto nº 7.572/2011		Programa de Apoio à Conservação Ambiental - Programa Bolsa Verde (Regulamento).		
	Decreto nº 7.794/2012		Instituiu a Política Nacional de Agroecologia e Produção orgânica.		

LEGISLAÇÃO PARA CPS - ÂMBITO FEDERAL

Normativo	Identificação	Denominação	Ementa	Referências a CPS	Categoria/ Temática	
	Decreto 7.343/2010		Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (Regulamento).			
	Decreto nº 7.644/2011		Regulamenta o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais, instituído pela Lei no 12.512, de 14 de outubro de 2011.			
	Decreto nº 4.680/2003		Regulamenta o direito à informação, assegurado pela Lei no 8.078, de 11 de setembro de 1990, quanto aos alimentos e ingredientes alimentares destinados ao consumo humano ou animal que contenham ou sejam produzidos a partir de organismos geneticamente modificados, sem prejuízo do cumprimento das demais normas aplicáveis.			
	Decreto nº 7.746/2012		Regulamenta o artigo 3º da Lei 8.666/93 - estabelece critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações da administração pública federal.			
RESOLUÇÕES	CONAMA nº450, de 2008		Priorizar o abastecimento a álcool, quando o preço estiver compatível com o da gasolina.			
	CONAMA nº 258, de 1999		Dar destinação adequada aos pneus que fabrica.			
	CONAMA nº 20, de 1994		Dispõe sobre a instituição do selo ruído, de uso obrigatório para aparelhos eletrodomésticos que geram ruído no seu funcionamento.			
	CONAMA nº 307, de 2002		Estabelece critérios e procedimentos para gestão de resíduos na construção civil			
	CONAMA nº 313, de 2002				Resíduos Sólidos	
	CONAMA nº 382, de 2006				Poluição Atmosférica	
	CONAMA nº 357, de 2005	Alterada pela Resolução CONAMA nº. 370 DE 06 de abril de 2006				Recurso Hídricos
	CONAMA nº 397, de 2008					Recursos Hídricos
PORTARIAS	Nº 113 de 1997	Portaria Normativa IBAMA			Meio Ambiente	
	Nº 217 de 2008	Ministério do Meio Ambiente	Considerando que a Agenda Ambiental na Administração Pública-A3P propõe a inserção de critérios socioambientais na gestão dos serviços públicos em todos os níveis de governo.			
	Nº 2, de 2010	Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão	Dispõe sobre as especificações padrão de bens de Tecnologia da Informação no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional.			
	Nº 43, de 2009	Ministério do Meio Ambiente	Proíbe o uso do amianto em obras públicas e veículos de todos os órgãos vinculados à administração pública.			
	Nº 61, de 2008	Ministério do Meio Ambiente	Estabelece práticas de sustentabilidade ambiental quando das compras públicas sustentáveis			
	Nº 53, de 1979	PORTARIA MINTER			Resíduos Sólidos	
	Nº 100, de 1980	PORTARIA MINTER			Poluição Atmosférica	
	Nº 279, de 2011	Portaria MDIC	Instituiu regime de Origem para efeitos de aplicação da margem de preferência.			
	Nº 124/20, de 1980	PORTARIA MINTER			Recursos Hídricos	

LEGISLAÇÃO PARA CPS - ÂMBITO FEDERAL

Normativo	Identificação	Denominação	Ementa	Referências a CPS	Categoria/ Temática
INSTRUÇÕES	Instrução normativa nº 01, de 2010.		Dispõe sobre critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela administração pública direta, autárquica e fundacional.		